



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Rua Acre, 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

E D I T A L

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº TRF2-EOF-2023/021

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00248, de 31/05/2023 de 03/05/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio www.gov.br/compras. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto nº 11.462/2023, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos."

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 30 de agosto de 2023

Horário (de Brasília): 13:30__

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de Preços;

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VI - Contrato

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **aquisição de Switches de conexão de servidores para Datacenter e respectivo treinamento, por meio do Sistema de Registro de Preços, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como Gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como Participante**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a apenas uma licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no VALOR TOTAL DO OBJETO, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do Anexo II deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato**, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Preços unitários e totais do objeto, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Modelo de Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do Anexo II deste Edital;

5.1.5.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim, todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.6 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como a MARCA (e modelo, se houver);

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de entrega**, que deverá ser de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho/assinatura do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5.1.9 - **Prazo de validade da Ata de Registro de Preços:** 1 (um) ano, contado da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso;

5.1.10 - **Prazo de validade / garantia** do produto, em cada fornecimento, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo de que trata o item 16 deste Edital, e deverá estar indicado no produto ou em sua embalagem pelo fabricante ou, ainda, em certificado do fabricante;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.10, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

Das Condições de Fornecimento

5.3 - Caso quaisquer dos produtos fornecidos venham a apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrente(s) do processo de fabricação ou devido à má qualidade dentro do prazo mencionado no item anterior, contado do recebimento definitivo, deverão ser substituídos pela empresa fornecedora, sem ônus para o Contratante;

5.3.1 – O prazo máximo para substituição será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação do fato à Contratada;

5.3.2 - Não serão aceitos materiais/produtos cujas embalagens estejam danificadas.

5.3.3 - Os produtos devem ser entregues em embalagem original do fabricante devidamente identificada.

5.4 - Os certificados de garantia deverão ser entregues juntamente com os materiais dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento definitivo.

5.5 - As empresas deverão descrever os materiais e as marcas/modelos cotados em suas propostas, com vistas a possibilitar a emissão do parecer técnico. Na hipótese de cotação de marca similar, o licitante deverá descrever as características da marca cotada, apresentando a ficha técnica do produto e/ou laudos técnicos, onde constem especificações claras e detalhadas do material, que possibilitem a verificação da similaridade dos produtos.

5.6 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, **juntamente com os documentos complementares, quando necessários**, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do próprio Sistema *Compras.gov.br*.

5.6.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.7 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.8 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.9 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no *Compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.10 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.10.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.10.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.10.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.10.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.10.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.



6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - Durante a vigência inicial da Ata, os preços registrados são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as seguintes hipóteses: (artigo 25, do Decreto nº 11.462/2023);

6.10.1 - força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021;

6.10.2 - criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.10.3 – Prorrogação da vigência da Ata por mais 1 (um) ano, situação em que os preços poderão ser reajustados pela variação do IPCA - calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro indexador que venha a ser acordado entre as partes, mediante solicitação do fornecedor, e desde que comprovada a vantajosidade:

$R = \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \cdot P$	Onde:
	R = Reajuste
	I = Nº índice da data do reajuste
	I ₀ = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.
	P = Preço a ser reajustado.

6.10.3.1 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pro-rata, mas sim o mês cheio.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6.10.3.2 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de, no mínimo, 01 (um) ano, em conformidade com os termos do § 4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

6.10.3.3 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação de demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.10.3.4 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.10.3.3, tão logo seja divulgado o índice previsto no subitem 6.10.3.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total do objeto**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$300,00 (trezentos reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

7.12 - A apresentação de novas propostas na forma dos subitens 7.10 e 7.11 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.13 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.13.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.13.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor valor total do objeto**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.6.1 - disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

8.6.3 - desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;

8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8.7 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.7.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.7.2 - empresas brasileiras;

8.7.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.7.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos no subitem 8.4 deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **menor valor total do objeto**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - O TRF - 2ª Região poderá disponibilizar protótipo do objeto licitado e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras da licitante provisoriamente vencedora, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

8.15 - O pregoeiro, constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.16 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 – RG e CPF, no caso de pessoa física;

9.2.2. - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.3 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.4 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.5 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do TRF – 2ª Região, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Atestado(s) ou Certidão(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a LICITANTE forneceu, de forma satisfatória, switches compatíveis ou semelhantes ao objeto licitado, na quantidade mínima de 5 (cinco) unidades, o que equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total almejado no item 1 deste edital.

9.5.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone e e-mail do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.2 – O(s) atestado(s) deve(m) comprovar a experiência da licitante relativamente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) em relação às parcelas referenciadas no subitem anterior.

9.5.1.3 - Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.3 - O TRF - 2ª Região poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas, na Sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas pela licitante.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região e da SJRJ, na época da realização da despesa.

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento", e no sítio: www.gov.br/compras, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s).

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, constante do Anexo V deste Edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho/assinar contrato, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez, mediante solicitação apresentada dentro do prazo e devidamente justificada pela licitante, que deverá ser aceita pelo TRF - 2ª Região, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

13.3 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços

13.4.2 - A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo Órgão ou entidade interessada por meio de contrato ou emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, os quais deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

13.4.3 - O TRF - 2ª Região não está obrigado a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.4.4 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.4.5 - A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será extensiva à data de assinatura do termo de detalhado a que alude o subitem 16.1.2 pelas partes.

13.5 - Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora, seguido pelas licitantes que mantiveram sua proposta original, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

13.6 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

13.6.1 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens com preços iguais aos da adjudicatária anuir a contratação, serão convocadas as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço da adjudicatária.

13.6.2 - Caso frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do subitem 13.6.1, será realizada a adjudicação e firmado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

13.7 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/do Contrato.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O TRF - 2ª Região é o Órgão gerenciador responsável pela condução dos procedimentos de registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, cuja vigência será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.2 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

14.3 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando (artigo 28, do Decreto nº 11.462/2023):

14.3.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

14.3.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo TRF - 2ª Região, sem justificativa razoável;

14.3.3 - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;

14.3.4 - Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

14.3.4.1 - Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.6 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

14.6.1 - Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

14.6.2 - Comprovação de que o fornecedor está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

14.6.3 - Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 §3º, e do artigo 27 §4º, do Decreto nº 11.462/2023.

14.7 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços, da seguinte forma:

14.7.1 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

14.7.2 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.8 - O Órgão gerenciador será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subitem 14.7, na hipótese de haver estimativa das quantidades que pretende contratar;

14.9 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 15.2 e 15.3.

14.10 - O remanejamento de que trata o subitem 14.7 deve ser solicitado pelo órgão interessado e autorizado pelo Órgão gerenciador, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência deste(a).

14.11 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

15 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Os órgãos e as entidades que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 15.4.

15.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.;

15.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.;

15.3.1 - O limite referenciado no subitem 15.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

15.4 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 15.1.3;

15.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

15.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

15.6 - Ao órgão não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

15.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

15.9 – É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

15.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

16.1.1 - Provisoriamente – de forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, por responsável pelo acompanhamento e fiscalização, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.

16.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

16.1.2.1 - O atesto será lavrado na mesma data do "recebimento definitivo", compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

16.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

16.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

16.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990;

17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

17.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

17.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

17.1.3 - Para fins do disposto no subitem 17.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

17.2 - O recebimento provisório dos serviços ocorrerá no ato da entrega da nota fiscal de prestação de serviços. O documento fiscal (nota fiscal) deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, em duas vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail scon@trf2.jus.br ;

17.2.1 - O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues nos seguintes endereços:

17.2.1.1 -CONTRATANTE: Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado – SALMOX, Local de entrega: Rua do Acre nº 80, 3º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, Telefone: (21)2282-8264 e (21)2282-8234 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone) E-mail: salmox@trf2.jus.br Horário: das 12 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos.

17.2.1.2- CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro, Seção de Almoxarifado Local de entrega: Rua Equador nº 613 – Santo Cristo - Rio de Janeiro – RJ, Telefone: (21)3218-6612/ (21)3218-6613 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone) Horário: das 11 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos. E-mail: tssealm@jfrj.jus.br

17.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

17.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015;

17.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

17.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

17.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 17.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

17.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

17.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 17.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17.7.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

18.1.1 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.1.2 – Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante;

18.2 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

18.3 – A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - São obrigações do Contratante, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

19.1.1 – Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

19.1.2 – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

19.1.3 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do(s) produto(s)/material(is) objeto do Contrato;

19.1.4 – Comunicar oficialmente à Contratada, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato;

19.1.5 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato;

19.1.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

19.1.7 – Solicitar reparo, correção, remoção ou substituição do(s) produto(s)/material(is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

19.1.8 – Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

20 - DAS SANÇÕES

20.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

20.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

20.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

20.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

20.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

20.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

20.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

20.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12 acima, bem como nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 20.2.2.

20.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.4 - **Multa:**

20.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

20.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

20.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

20.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

20.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

20.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

20.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

20.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

20.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

20.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei .

20.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

20.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

20.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21 - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

21.1 - A Matriz de Alocação de Riscos está prevista no Anexo I-1 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

22 - DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

22.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

22.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

22.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

22.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

22.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

22.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

22.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

22.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 22.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

22.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2023.

Francisco Luís Duarte - Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº TRF2-EOF-2023/021

ANEXO I

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para eventual aquisição de Switches de conexão de servidores para Datacenter e respectivo treinamento, conforme especificações e características técnicas constantes deste Termo.
 - 1.1.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por mais 1(um) ano, desde comprovado preçovantajoso (nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021) e caso haja interesse do FORNECEDOR.
- 1.2. O órgão gerenciador e o órgão partícipe da presente contratação estão descritos a seguir:
 - 1.2.1. Órgão Gerenciador
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA
2ª REGIÃO CNPJ: 32.243.347/0001-
51
Rua Acre no 80, 19º andar,
Centro, Rio de Janeiro – RJ,
CEP: 20.081/000.
Site: <https://www10.trf2.jus.br/ai/transparencia-publica/licitacoes>/Coordenadoria de Licitações - COLICI:
Telefone (21) 2282-8020 / 2282-8682 (12 às 17h)
E-mail: licita@trf2.jus.br
 - 1.2.2. Órgão Partícipe
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RIO DE JANEIRO
(SJRJ) CNPJ: 05.424.467/0001-16
Avenida Almirante Barroso no 78, 11º
andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP:
20.040/009.
Site: <https://www.jfrj.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contas-publicas/licitacoes> Seção de Apoio às Licitações – SALIC: Telefone (21)
3218-9767 / 3218-9868 (12 às 17h)
E-mail: licitacoes@jfrj.jus.br
- 1.3. São partes integrantes deste Termo de Referência:
 - 1.3.1. Anexo I-1: Mapa de Gerenciamento de Riscos;
 - 1.3.2. Anexo I-2: Estudo Técnico Preliminar.

2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

- 2.1. A LICITANTE deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante do **ANEXO II – PLANILHA DE PREÇOS**, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso;
- 2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.

3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Visa substituição de equipamentos fora da garantia, e para atender a Solução de armazenamento Swarm (item TI.52).
- 3.2. Os órgãos da 2ª Região, motivados pela lei 11.419/2006 e visando resolver os problemas do crescente número de processos em suas respectivas instâncias, têm investido na modernização de seus métodos de trabalho, utilizando-se de complexos recursos de tecnologia da informação e comunicação, especialmente com a adoção de processos eletrônicos judiciais e administrativos.
- 3.3. Entre os dispositivos componentes dessa complexa infraestrutura computacional, em operação no Data Center Regional, destaca-se um equipamento denominado Switch.
 - 3.3.1. Os switches são equipamentos usados para conectar entre si os Servidores de Aplicação e Banco de Dados.
 - 3.3.2. Os Servidores, por sua vez, são equipamentos responsáveis pela execução das aplicações e bancos de dados da Justiça Federal.
 - 3.3.3. Um Servidor necessitará sempre de um Switch de Alto Desempenho para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

que possaser conectado a uma rede de dados.

- 3.4. Ocorre que alguns equipamentos que atualmente cumprem a função de Switches de Alto Desempenho não estão mais cobertos por garantia contratual, estão em processo de obsolescência, com fabricação descontinuada pelo fabricante e vem apresentando falhas.
- 3.5. A presente contratação reveste-se de urgência considerando a criticidade de tais equipamentos para a rede de dados e, consequentemente, o acesso aos sistemas pelos servidores, magistrados e jurisdicionados.

4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- 4.1. Mitigar o risco de indisponibilidade na Rede de Dados em caso de eventual falha nos Switches de Alto Desempenho, os quais não estão mais cobertos por garantia contratual e estão sem unidades de reposição.

5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF

- 5.1. A presente contratação está alinhada com as iniciativas previstas no Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026 - e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - PETI-JF 2021/2026, mais precisamente em consonância com o Macro desafio "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados" e o objetivo estratégico de "Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal".

6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda **TRF2-DOD-2023/0004** e os estudos preliminares constantes do processo **TRF2-EOF-2023/00021**.

7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- 7.1. Inicialmente, vislumbra-se a necessidade de aquisição de 10(dez) unidades distribuídas da seguinte forma:

Id	Órgão Contratante	Destinação	Qtd
1	Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro	Borda para o backbone JFRJ	4
2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Topo de rack para servidores do site de contingência	4
2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Borda para o backbone TRF2	2
Total			10

- 7.2. Porém, devido à dificuldade de previsibilidade de crescimento das demandas relacionadas à infraestrutura de Rede de Dados da Justiça Federal no Rio de Janeiro e Tribunal Regional Federal da 2ª Região, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços.

- 7.3. A 10(dez) unidades remanescentes estão distribuídas da seguinte forma:

Id	Órgão Contratante	Destinação	Qtd
1	Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro	Novas demandas	2
2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Novas demandas	8
Total			10

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

- 8.1. Os requisitos técnicos da Solução de TIC a ser contratada constam dos itens 17.1, 17.2 do Termo de Referência.
- 8.2. As disposições acerca do parcelamento e adjudicação do objeto constam do item 12 do Termo de Referência.

9. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC

- 9.1. Ao realizar o levantamento das alternativas e análise do mercado de TIC foram observadas as seguintes alternativas:
- 9.1.1. Solução 1: Contratação de serviço de manutenção dos switches em operação.
- 9.1.1.1. Por terem sido adquiridos há mais de 5(cinco) anos, parte dos equipamentos que serão alvo de substituição não estão mais cobertos por garantia contratual.
- 9.1.1.2. Não obstante tais equipamento encontram-se classificados pelo fabricante como "End of Engineering Support". Isso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

significa que além de não serem mais comercializados, o fabricante descontinuou o suporte técnico incluindo a disponibilização de peças de reposição.

- 9.1.1.3. Acrescente-se que tal alternativa também se demonstra inválida pelo fato de que a presente contratação também tem por objeto a ampliação do parque de switches.
- 9.1.2. Solução 2: Aquisição de switches de alto desempenho
- 9.1.2.1. Essa alternativa consiste na aquisição de switches para expansão e renovação do parque tecnológico, substituindo assim as máquinas atualmente em uso por outras novas e com cobertura de suporte e garantia do fabricante.
- 9.1.2.2. Esse tem sido o modelo mais comumente utilizado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, contudo envolve certo nível de análise técnica e contábil.
- 9.1.2.3. Do ponto de vista técnico é necessário que o planejamento da aquisição considere aspectos como a destinação e o perfil de utilização do recurso pelos usuários, de modo a garantir que as especificações dos equipamentos atendam às necessidades sem apresentar subdimensionamento e nem superdimensionamento.
- 9.1.2.4. Uma vez que é plenamente possível especificar requisitos de desempenho dos equipamentos e compreender de forma clara as necessidades da infraestrutura, logo também é viável adequar esses requisitos à padrões de mercado – o que viabiliza a aquisição em termos de garantia da competitividade e da escalabilidade.
- 9.1.2.5. Além disso, esse modelo garante a disponibilidade dos equipamentos ao órgão comprador que pode administrá-los e destiná-los segundo seus padrões e necessidades.

10. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

- 10.1. Considerando a inviabilidade da adoção da Solução 1 (Contratação de serviço de manutenção dos switches em operação), a única alternativa que se vislumbra válida é a Solução 2 (Aquisição de Switch de Alto Desempenho).

11. DA NATUREZA DO OBJETO

- 11.1. Bem permanente e serviço de treinamento que possuem características comuns e usuais encontradas no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

12. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- 12.1. A licitação será realizada em um único Grupo, formado por 2(dois) itens, conforme tabela constante do item 2.2 deste Termo de Referência, devendo a LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 12.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do Grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 12.3. O objeto desta contratação será na forma de menor preço, em regime de empreitada global, onde a CONTRATADA possui a obrigatoriedade de fornecer todos os serviços, peças, componentes, instrumentos e equipamentos.
- 12.4. A adjudicação por menor preço global se deve ao fato de que todos os itens mencionados apresentam uma relação de interdependência em virtude do fato de que somente será possível determinar a ementa do treinamento quando for conhecida a marca do modelo do switch fornecido.
- 12.5. Desta forma torna-se impossível a separação dos itens e adjudicação à LICITANTES distintas pois é desconhecido o fabricante do switch ofertado.
- 12.6. Por essas razões, entendemos que o critério de adjudicação por contratação única - menor preço global - se revela o mais adequado a essa contratação.
- 12.7. Em face ao exposto, o objeto descrito no grupo G1 é indivisível e, por esse motivo, esse grupo deverá ser adjudicado a uma única LICITANTE.

13. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

- 13.1. Verifica-se que os equipamentos e serviços pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores no mercado de TIC, e apresentam características padronizadas. Assim, pode-se concluir que o objeto é comum e, portanto, sugere-se como melhor opção a utilização da modalidade "Pregão" sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço, e pelo Sistema de Registro de preços, para aquisição eventual em momento oportuno.

14. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 14.1. Com o objetivo de minimizar o impacto ambiental decorrente desta contratação foi buscada a estipulação de exigências referentes à sustentabilidade.
- 14.1.1. As exigências referentes à sustentabilidade apresentadas no item 17.1.3.1 deste Termo de Referência estão alinhadas com as diretrizes contidas na [Portaria TRF2- PTP-2017/00114](#), de 16 de março de 2017, e na [Resolução CNJ 201](#), de 3 de março de 2015.
- 14.1.2. O fabricante do produto deverá possuir declaração indicando a conformidade do produto com alguma diretiva ambiental RoHS, com alguma diretiva ambiental EMCou com diretivas ambientais equivalentes a estas.

15. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

- 15.1. Os bens fornecidos deverão estar de acordo com as normas, padrões e políticas estabelecidas pelos respectivos fabricantes dos bens, bem como estar aderente às normas técnicas brasileiras aplicáveis.
- 15.2. Os produtos propostos deverão possuir certificado de registro ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto "Equipamento de Rede de Dados", ou outro tipo de produto admitido pela ANATEL.

16. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 16.1. Comprovante de Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, mediante a apresentação de 1(um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a LICITANTE forneceu, de forma satisfatória, switches compatíveis ou semelhantes ao objeto licitado, na quantidade mínima de 10 (dez) unidades, o que equivale a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total almejado no item 1.1.
- 16.1.1. Entende-se por semelhança e compatibilidade com o objeto contratual o fornecimento de switches com, no mínimo, a seguinte configuração de portas e velocidades:
- 16.1.1.1. 48(quarenta e oito) portas SFP28;
- 16.1.1.2. 6(seis) portas QSFP28.
- 16.1.2. Caso o órgão ou empresa emitente do atestado de capacidade técnica produza um documento padrão em formato que não evidencie as informações exigidas na alínea anterior, será admitida a juntada de documentos adicionais como, por exemplo, o contrato e o edital da contratação, para fins de complementação e atendimento de tais exigências.
- 16.2. Não será admitido o somatório de atestados para fins de aferição da capacidade técnica.**
- 16.3. O Atestado de Capacidade Técnica deverá preencher as seguintes condições:
- 16.3.1. O Atestado de Capacidade Técnica não poderá possuir ressalvas em relação aos equipamentos fornecidos e deverá possuir todas as informações necessárias para comprovar as condições especificadas nas referidas alíneas.
- 16.3.2. O atestado de capacidade técnica deverá conter:
- 16.3.2.1. a razão social, o CNPJ, o endereço da empresa ou órgão emitente do atestado de capacidade técnica,
- 16.3.2.2. a razão social, o CNPJ, o endereço da LICITANTE,
- 16.3.2.1.3. número do contrato (se houver);
- 16.3.2.1.4. data de fornecimento;
- 16.3.2.1.5. descrição do objeto do contrato;
- 16.3.2.1.6. local e data da emissão do atestado;
- 16.3.2.1.7. nome, assinatura, telefone e e-mail de contato do signatário
- 16.3.3. A documentação entregue pela LICITANTE deverá ser numerada e com índice e a LICITANTE deverá informar em quais páginas os itens desta habilitação técnica encontram-se comprovados.
- 16.4. Em atendimento às exigências contidas no Memorando TRF2-MEM-2019/05860 vimos informar:
- 16.4.1. O item 16.1 corresponde à 50% da quantidade total, tendo sido observado o disposto no art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021.
- 16.4.2. O item 16.1 apresenta exigências mínimas de qualificação técnica as quais guardam proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado e correspondem à parcela de maior relevância e valor significativo do objeto contratado (valor superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação), tendo sido observado o disposto no art. 67, § 1º da Lei 14.133/2021.
- 16.4.3. As exigências contidas nos itens 16.3.2 e 16.3.3 constituem informações mínimas para a análise dos documentos pela equipe técnica da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATANTE e objetivam dar celeridade à referida análise bem como viabilizar a realização de diligência junto ao órgão ou empresa emitente do atestado de capacidade técnica.

16.4.4. A limitação apresentada no item 16.2 é justificada pelos seguintes motivos:

16.4.4.1.1. O art. 62 da Lei 14.133/2021 descreve a habilitação como a **fase da** licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da LICITANTE de realizar o objeto da licitação.

16.4.4.1.2. O art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021 veda a limitação de tempo na apresentação de atestados. Isso torna ilícita, na hipótese de admissão do somatório de atestados de capacidade técnica, a estipulação de um lapso temporal concomitante nos fornecimentos referente a cada atestado de capacidade técnica.

16.4.4.1.3. O período de tempo concomitante em que uma LICITANTE realiza o fornecimento de determinado bem é uma questão fundamental para avaliar a capacidade da LICITANTE de realizar o objeto da licitação. Isso porque, somente com a estipulação de um fornecimento de forma concomitante, será possível constatar que a LICITANTE teve um esforço logístico e técnico para o fornecimento de um objeto com dimensão e complexidade correspondente à 50% da parcela de maior relevância e valor significativo do objeto contratado.

16.4.4.1.4. Por conta disso, sem a estipulação de um lapso temporal concomitante de fornecimento, desvia-se da finalidade estabelecida no art. 62 da Lei 14.133/2021, pois fornecimentos avulsos não demonstram a capacidade da LICITANTE de realizar o objeto da licitação.

16.4.4.1.5. Em face ao exposto, por conta da proibição legal de se impor uma limitação de tempo restringindo o recebimento de atestados de capacidade técnica que representem fornecimentos concomitantes e pelo fato de que atestados de capacidade técnica que comprovem fornecimentos não concomitantes representarão um fornecimento de objeto equivalente a menos de 50% da parcela de maior relevância e valor significativo do objeto contratado, foi vedado o somatório de atestados de capacidade técnica.

17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

17.1. Item 1.1 – Switch de Alto Desempenho

17.1.1. O switch deverá apresentar arquitetura non-blocking, ou seja, a capacidade de switching deve contemplar a capacidade máxima de comutação full-duplex de todas as portas simultaneamente, sem bloqueio de portas.

17.1.2. O switch deverá ser novo, ou seja, de primeiro uso.

17.1.2.1. Deverá também apresentar plenas condições de uso prolongado, ou seja, deverá vir acompanhado de todos os módulos e configurações necessários a sua perfeita operação.

17.1.3. O switch deverá possuir, no mínimo, **48 (quarenta e oito) portas com interface elétrica tipo SFP28**.

17.1.3.1. Deverão ser fornecidos 48 (quarenta e oito) transceivers bidirecionais 10GBase-SR, padrão LC, compatíveis com os slots SFP28, da mesma marca do fabricante do switch.

17.1.3.2. Os transceivers descritos no item 17.1.3.1 deverão constar da lista de acessórios indicada pelo fabricante e, ao realizar a sua instalação no switch, ele deverá ser plenamente reconhecido e não gerar quaisquer alarmes alertando por não ser suportado pela plataforma do fabricante.

17.1.4. O switch deverá possuir, no mínimo, **6 (seis) portas com interface elétrica tipo QSFP28**:

17.1.4.1. Deverão ser fornecidos 4 (quatro) transceivers bidirecionais 40GBase-SR, padrão LC, compatíveis com os slots QSFP28 e da mesma marca do fabricante do switch.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 17.1.4.2. Os transceivers descritos no item 17.1.4.1 deverão suportar conexão em fibra multimodo de 850 nm de comprimento de onda e alcance de até 100 metros de distância.
- 17.1.4.3. Os transceivers descritos no item 17.1.4.1 deverão constar da lista de acessórios indicada pelo fabricante e, ao realizar a sua instalação no switch, ele deverá ser plenamente reconhecido e não gerar quaisquer alarmes alertando por não ser suportado pela plataforma do fabricante.
- 17.1.5. O switch deverá admitir o empilhamento tanto por portas de 25 Gbps, mediante interface elétrica tipo SFP28, quanto por portas de 100 Gbps, mediante interface elétrica tipo QSFP28.
- 17.1.6. O switch deverá possuir 2(dois) slots para a instalação de fontes de alimentação internas, do tipo hotplug, viabilizando a sua remoção em campo.
 - 17.1.6.1. Deverão ser fornecidas 2(duas) fontes de alimentação internas, do tipo "hot-swappable", com as frequências de 50/60 Hz e alimentação com regulação automática de tensão de entre 100 VAC até 240 VAC. As fontes deverão possuir alimentação independente, a fim de permitir as suas conexões a circuitos elétricos distintos.
- 17.1.7. O switch deverá possuir largura que possibilite a instalação em rack padrão 19" (482,6 mm). Para tal instalação, deverá ser fornecido kit de suporte para montagem em rack padrão 19".
- 17.1.8. Suportar os recursos de virtualização de rede:
 - 17.1.8.1. VXLAN,
 - 17.1.8.2. BGP-EVPN (Border Gateway Protocol - Ethernet Virtual Private Network) e
 - 17.1.8.3. QinQ Access VXLAN.
 - 17.1.8.4. Implementar, em hardware, o protocolo Virtual Extensible LAN (VXLAN), que permite a criação de segmentos de redes virtuais e sua extensão através da camada de redes (nível 3), ao encapsular quadros Ethernet em pacotes IP por meio de protocolo UDP.
- 17.1.9. O switch deverá suportar o método M-LAG (Multi-Chassis Link Aggregation Group).
- 17.1.10. Suportar os recursos de convergência de rede:
 - 17.1.10.1. PFC (Priority-based Flow Control);
 - 17.1.10.2. ECN (Explicit Congestion Notification);
 - 17.1.10.3. RDMA (Remote Direct Memory Access);
 - 17.1.10.4. RoCE (RDMA over Converged Ethernet);
- 17.1.11. Suportar recursos de análise de tráfego com base na tecnologia sFlow (RFC 3176).
- 17.1.12. Suportar os métodos de autenticação:
 - 17.1.12.1. AAA (Authentication, Authorization e Accounting),
 - 17.1.12.2. RADIUS (Remote Authentication Dial In User Service),
 - 17.1.12.3. HWTACACS (Terminal Access Controller Access Control System).
- 17.1.13. Suporte a SDN com protocolo OpenFlow 1.3 (ou superior) ou OpenConfig ou OpenStack, viabilizando a interoperabilidade com controladores OpenFlow ou OpenConfig ou OpenStack padrões de mercado.
- 17.1.14. Suportar os seguintes recursos de Spanning Tree:
 - 17.1.14.1. STP (Spanning Tree Protocol),
 - 17.1.14.2. RSTP (Rapid Spanning Tree Protocol),
 - 17.1.14.3. MSTP (Multiple Spanning Tree Protocol),
 - 17.1.14.4. VBST (VLAN-based Spanning Tree) ou Per-VLAN Rapid Spanning Tree ou VSTP (VLAN Spanning Tree Protocol).
- 17.1.15. Deverá permitir a criação de grupos de agregação de link contendo portas em unidades diferentes da pilha.
- 17.1.16. Deverá suportar controle completo mediante Command Line Interface (CLI).
- 17.1.17. Permitir o monitoramento por porta do tráfego entrante (ingress) e saído (egress).
- 17.1.18. Suportar as ferramentas de testes de conectividade tais como traceroute e ping.
- 17.1.19. Deverá suportar o armazenamento da memória flash de múltiplos arquivos de configuração, ou seja, possibilitar o armazenamento de mais de um perfil de configuração.
- 17.1.20. Deverá suportar a contabilização e monitoramento de tráfego por sFlow (RFC 3176).
- 17.1.21. Deverá suportar gerência mediante SNMP v1, v2c, and v3.
- 17.1.22. Admitir a configuração de interface out-of-band, ou seja, uma interface com o tráfego de gerenciamento do switch pelo administrador de rede isolada do tráfego plano de dados, de modo a garantir um isolamento total e completa acessibilidade, não importando o que ocorrer no plano de dados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 17.1.23. Deverá suportar configuração e gerenciamento remoto mediante Telnet e SSH.
- 17.1.24. Deverá suportar múltiplos níveis de acesso utilizando regras baseadas em controle de acesso (RBAC - Role-Based Access Control);
- 17.1.25. Deverá suportar gerência mediante Network Time Protocol v3 (NTP) e SecureNetwork Time Protocol v4 (SNTP).
- 17.1.26. O Switch deverá oferecer as seguintes funcionalidades:
 - 17.1.26.1. Permitir a cópia dos arquivos do switch a partir de um drive flash.
 - 17.1.26.2. Permitir o armazenamento de múltiplos arquivos de configuração.
 - 17.1.26.3. Permitir espelhamento de Porta
 - 17.1.26.4. Permitir criar imagens de sistema operacional redundantes de forma que seja possível fornecer arquivos independentes do sistema operacional primário e secundário para backup enquanto é feita a atualização.
 - 17.1.26.5. Prover roteamento IPv6
 - 17.1.26.6. Bidirectional Forwarding Detection (BFD): Permite o monitoramento de conectividade do link e reduz o tempo de convergência de rede de RIP, OSPF, BGP, IS-IS, VRRP, MPLS.
 - 17.1.26.7. Fornecer log throttling e log filtering para reduzir o número de eventos de registro gerados.
 - 17.1.26.8. Ser capaz de restringir o acesso aos comandos de configuração críticos;
 - 17.1.26.9. Oferecer vários níveis de privilégio com proteção de senha;
 - 17.1.26.10. Oferecer recursos syslog local e remoto para o registro de todos os acessos.
 - 17.1.26.11. Fornecer um repositório central de informações do sistema e de rede; agrega todos os logs, traps e informações de depuração geradas pelo sistema e as mantém por ordem de gravidade;
 - 17.1.26.12. Emitir a informação de rede para múltiplos canais com base em regras definidas pelo usuário.
- 17.1.27. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá disponibilizar para a CONTRATANTE um suporte técnico especializado no switch e software de gerenciamento fornecidos, nas condições estabelecidas no item 24 e subitens deste Termo de Referência.
- 17.1.28. Deverá suportar DHCP-Relay permitindo a definição de pelo menos 2 servidores DHCP;
- 17.1.29. Deverá suportar funcionalidade que permita que somente endereços designados por um servidor DHCP tenham acesso à rede;
- 17.1.30. Deverá suportar DHCP SERVER permitindo a distribuição de endereços e parâmetros nativos a este tipo de serviço.
- 17.1.31. Para cada switch fornecido deverá ser fornecida licença de software de gerenciamento que permita o monitoramento de 50 (cinquenta) dispositivos conectados a ele.
 - 17.1.31.1. A CONTRATANTE é responsável por fornecer o ambiente de hospedagem do software de gerenciamento. É admitida a implantação do software de gerenciamento em *appliance* físico do fabricante, desde que o mesmo seja fornecido pela CONTRATADA sem custos adicionais para a CONTRATANTE. É também admitida a oferta do software de gerenciamento em nuvem, desde que a subscrição tenha duração igual ou superior a 120 meses.
 - 17.1.31.2. O software de gerência deverá ser do mesmo fabricante do switch e deverá possuir recursos que permitam realizar a gerência de falhas, gerência de desempenho.
 - 17.1.31.3. O licenciamento fornecido deverá ser perpétuo e estar em nome da CONTRATANTE. Alternativamente, caso o fabricante não ofereça licenciamento perpétuo, será facultada a possibilidade de oferta na modalidade subscrição desde que a mesma seja oferecida por um período de 120 meses.
 - 17.1.31.4. Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA todos os licenciamentos dos componentes utilizados no software de gerenciamento incluindo sistema operacional, banco de dados etc. O software de gerenciamento e seus componentes deverão ser compatíveis com o ambiente de virtualização VMWARE.
 - 17.1.31.4.1. Excepcionalmente será admitido que o software de gerenciamento não seja compatível com o ambiente de virtualização



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- VMWARE da CONTRATANTE caso a CONTRATADA forneça, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, um *appliance* de gerenciamento físico com o software de gerenciamento instalado ou um software de gerenciamento na nuvem com subscrição por 120 meses.
- 17.1.31.4.2. Havendo a compatibilidade com o VMWARE, deverão ser fornecidos todos os componentes de licenciamento necessários à correta instalação em ambiente virtualizado VMWARE, incluindo sistemas operacionais, o software de gerenciamento e o banco de dados.
- 17.1.31.5. O software de gerenciamento deverá obrigatoriamente constar da lista de acessórios indicada pelo fabricante para o referido switch.
- 17.1.31.6. O software de gerenciamento deverá permitir gerência/monitoramento remoto centralizado, incluindo licenças vitalícias, em nome do CONTRATANTE.
- 17.1.31.7. Deverá permitir atualização de firmware através de FTP, TFTP ou outro recurso.
- 17.1.31.8. Deverá permitir o download/upload da configuração dos equipamentos.
- 17.1.31.8.1. Fornecer a visualização da topologia da rede permitindo a descoberta dos equipamentos, suas interligações de forma automática e "loops" na rede.
- 17.1.31.8.2. Deverá permitir o controle e gerenciamento das funcionalidades presentes nos switches.
- 17.1.31.8.3. Deverá permitir emitir alarmes de irregularidade nos equipamentos a partir de traps SNMP.
- 17.1.31.8.4. Deverá permitir a visualização gráfica dos equipamentos, estado das portas, módulos, fontes, ventoinhas, em tempo real.
- 17.1.31.8.5. Deverá permitir a visualização do painel frontal dos equipamentos gerenciados.
- 17.1.31.8.6. Deverá permitir a visualização de informações dos dispositivos e componentes instalados, trazendo no mínimo, informações como fabricante, modelo, número de série, versão de hardware e software e outras informações que sejam disponibilizadas pelo equipamento gerenciado.
- 17.1.31.8.7. Deverá possuir capacidade de enviar e-mails ou mensagens via SMS para um administrador em caso de algum evento especificado de acordo com o nível de criticidade, dia da semana e horário.
- 17.1.31.8.8. Deverá possuir capacidade de monitorar o desempenho dos equipamentos gerenciados.
- 17.1.31.8.9. Deverá permitir a visualização em tempo real de itens monitorados.
- 17.1.31.8.10. Deverá possuir capacidade de gerar relatórios de Ativos de Rede, Configuração e Alterações de configuração, Estado dos dispositivos e Links, Eventos e Alarmes.
- 17.1.31.8.11. Deverá suportar a utilização de sistemas de banco de dados relacional;
- 17.1.31.8.12. Deverá operar em modelo cliente-servidor utilizando Web Browser convencional.
- 17.1.31.8.13. Deverá possibilitar o acompanhamento online do tráfego de cada porta, apresentando informações sobre o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

tráfego, erros de CRC e broadcasts, bem como permitir ativação/suspensão da porta na rede.

- 17.1.31.8.14. Deverá permitir criar, apagar e editar VLANs nos dispositivos de rede através de interface gráfica.
- 17.1.32. A CONTRATADA deverá assegurar, durante o período de garantia, o acesso pela CONTRATANTE as atualizações do sistema operacional/firmware disponibilizadas pelo fabricante.
- 17.1.33. A CONTRATADA deverá assegurar, durante o período de garantia, a prestação de suporte técnico especializado observadas as seguintes condições:
- 17.1.33.1. A quantidade total de horas de suporte técnico especializado total que deverá ser ofertada pela CONTRATADA deverá ser equivalente à 10(dez) vezes a quantidade de switches adquiridos pelos órgãos partícipes da presente licitação.
 - 17.1.33.2. O suporte técnico especializado deverá ser realizado de forma remota mediante solução de videoconferência similar ao Webex, Microsoft Teams, Zoom Meetings, GoToMeeting, etc que deverá ser provido pela CONTRATADA.
 - 17.1.33.2.1. Todo atendimento deverá gerar um relatório técnico com as informações sobre o atendimento incluindo o horário de início e término do atendimento.
 - 17.1.33.2.2. A solução de videoconferência utilizada pela CONTRATADA deverá realizar a gravação do acesso e o arquivo deverá ser disponibilizado para download pela equipe técnica da CONTRATANTE para fins de registro audiovisual do atendimento com vistas à auditoria das atividades realizadas.
 - 17.1.33.2.3. A solução de videoconferência utilizada pela CONTRATADA deverá permitir o acesso remoto a uma estação de trabalho designada pela equipe técnica da CONTRATANTE para a realização de procedimentos técnicos pelo profissional especializado da CONTRATADA.
 - 17.1.33.2.4. Toda e qualquer alteração no ambiente de TIC somente poderá ser realizada mediante a anuência verbal do profissional da equipe técnica da CONTRATANTE.
 - 17.1.33.3. O suporte técnico especializado abrange a assistência técnica ao Software de Gerenciamento adquirido incluindo o suporte para a realização de atualizações, otimizações do ambiente (tunning) e reinstalação do ambiente.
 - 17.1.33.4. O suporte técnico especializado abrange a transferência de conhecimento mediante Workshops específicos sobre quais recursos relacionados ao switch e ao software de gerenciamento.
 - 17.1.33.5. O suporte técnico especializado abrange atividades de mentoring referentes à configuração de equipamentos no caso da implantação de novos recursos técnicos que deverão ser implantados pela equipe técnica da CONTRATANTE.
 - 17.1.33.6. O suporte técnico envolve o tratamento de problemas de interoperabilidade do switch fornecido com as plataformas de networking utilizadas atualmente pela CONTRATANTE (Cisco, HP, Huawei e Brocade).
 - 17.1.33.7. O suporte técnico da CONTRATADA deverá ser realizado por profissionais que detenham expertise técnico (experiência) e que detenham as certificações técnicas mais avançadas ofertadas pelo fabricante do switch e do software de gerenciamento ofertados.
 - 17.1.33.7.1. A equipe técnica poderá exigir a substituição do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

profissional da CONTRATADA por outro profissional certificado pelo fabricante do produto na hipótese de considerar que o profissional da CONTRATADA que realiza o atendimento não demonstrou expertise técnica suficiente para atender a demanda requerida pela CONTRATANTE.

17.1.33.7.2. Havendo a solicitação de substituição do profissional da CONTRATADA, a continuidade do atendimento e os atendimentos subsequentes deverão ser realizados por outro profissional certificado pelo fabricante do produto.

17.1.34. O switch deverá possuir sistema de ventilação Back-to-front airflow, ou seja, com fluxo de ar entrando pela traseira do equipamento e saindo pela dianteira (onde se localizam as portas de conexão) do equipamento;

17.1.34.1. O sistema de ventilação deverá possuir componentes redundantes, que permitam a substituição de um componente defeituoso sem causar interrupção ou qualquer outro prejuízo ao perfeito funcionamento do switch na sua utilização máxima (todas as portas ativas);

17.1.35. A LICITANTE deverá apresentar Declaração do Fabricante que o switch ofertado atende à norma RoHS ou pelo menos 1(uma) outra Certificação ambiental, emitida por outras instituições Internacionais ou nacionais, credenciadas pelo INMETRO ou pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

17.1.35.1. Tais exigências estão alinhadas com as diretrizes contidas na Portaria TRF2-PTP-2017/00114, de 16 de março de 2017, na Resolução CNJ 201, de 3 de março de 2015 e no Princípio da Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável expresso no art. 5º da Lei 14.133/2021.

17.1.35.2. A LICITANTE deverá indicar o endereço eletrônico onde seja possível efetuar o download da documentação comprobatória.

17.2. Item 1.2 – Treinamento

17.2.1. A CONTRATADA deverá treinar os profissionais da CONTRATANTE, no ambiente operacional ofertado (hardware e software) e na operação dos equipamentos.

17.2.2. O treinamento deverá abordar a configuração, operação e administração básica e avançada dos switches, contendo, no mínimo, os seguintes tópicos:

17.2.2.1. Utilização das funcionalidades mais relevantes do software de gerenciamento do switch;

17.2.2.2. Monitoramento da saúde de funcionamento do switch: 17.2.2.2.1. Ventiladores,

17.2.2.2.2. Fontes,

17.2.2.2.3. Temperatura;

17.2.2.2.4. Processador;

17.2.2.2.5. Memória.

17.2.2.3. Instalação, configuração e tuning do software de gerenciamento.

17.2.2.4. Atualização de firmware do switch mediante software de gerenciamento e por acesso CLI;

17.2.2.5. Backup das configurações do switch.

17.2.2.6. Identificação e tratamento dos principais problemas;

17.2.2.7. Principais comandos em CLI;

17.2.2.8. Principais recursos avançados.

17.2.2.9. Roteamento estático,

17.2.2.10. VLANs,

17.2.2.11. Roteamento entre VLANs,

17.2.2.12. Portas de acesso e de trunk,

17.2.2.13. OSPF,

17.2.2.14. Empilhamento (stacking) / interconexões de switches,

17.2.2.15. Servidor Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP),

17.2.2.16. Rotas flutuantes,

17.2.2.17. Sistema AAA (com RADIUS ou TACACS+),

17.2.2.18. Acesso via SSHv2 e

17.2.2.19. Configurações gerais relativas a outros serviços (Domain Name System – DNS, Simple Network Management Protocol – SNMP, Network Time Protocol – NTP etc).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 17.2.3. O treinamento deverá ser oferecido com uma carga horária mínima que abranja todos os tópicos descritos no item 17.2.2 e que não seja inferior a 40 (quarenta) horas ressalvada que a carga horária diária máxima deverá ser de 4(quatro) horas.
- 17.2.4. O treinamento deverá ser realizado de segunda a sexta-feira.
- 17.2.5. O treinamento poderá ser dividido em duas etapas (básico ou similar e avançado ou similar).
- 17.2.6. Ao final do treinamento, ou de cada uma das etapas, deverá ser fornecido certificado de conclusão, onde deverá constar, obrigatoriamente:
- 17.2.6.1. o nome do participante,
 - 17.2.6.2. o título do treinamento,
 - 17.2.6.3. a carga horária total,
 - 17.2.6.4. a data de início do treinamento,
 - 17.2.6.5. a data do fim do treinamento e
 - 17.2.6.6. o conteúdo programático abordado;
 - 17.2.6.7. razão social e CNPJ da empresa responsável pelo treinamento.
- 17.2.7. O treinamento poderá ser realizado no formato de ensino à distância sendo de responsabilidade da CONTRATADA o provimento de todos os recursos técnicos para a realização do mesmo.
- 17.2.8. É obrigatório o fornecimento pela CONTRATADA de material escrito (manuais, apostilas, livros) ou eletrônico (arquivo digital);
- 17.2.9. É obrigatória a disponibilização de uma plataforma de treinamento independente para cada aluno;
- 17.2.10. A data de início da capacitação será definida pela CONTRATANTE de acordo com suas necessidades.
- 17.2.10.1. A CONTRATANTE irá comunicar por mensagem eletrônica à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, a data proposta para o início do treinamento.
- 17.2.11. O profissional que ministrar o treinamento deverá ser certificado/autorizado pelo fabricante.
- 17.2.11.1. A CONTRATADA deverá apresentar em até 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, documento (s) que comprove(m) a certificação e/ou autorização, pelo fabricante do switch, do profissional que ministrará o curso.
- 17.2.12. A ementa do curso, a carga horária, o conteúdo programático da capacitação e os materiais didáticos deverão ser entregues à CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato para avaliação prévia e aprovação;
- 17.2.13. Caso a ementa do curso, a carga horária, o conteúdo programático, os materiais didáticos ou os instrutores do treinamento, não sejam aprovados, ou exista alguma pendência nos certificados e autorizações exigidos, a CONTRATADA deverá providenciar os ajustes e correções solicitados pelo CONTRATANTE, sem que isto venha a justificar qualquer dilação nos prazos, aumento dos custos previstos e alteração dos compromissos assumidos junto ao CONTRATANTE;
- 17.2.14. A CONTRATANTE avaliará, para fins de recebimento, a qualidade da prestação do serviço de treinamento junto aos participantes, devendo a CONTRATADA providenciar os ajustes e correções necessários, hipótese na qual poderá ser solicitado a refazer o treinamento, caso o objetivo do mesmo não tenha sido alcançado;
- 17.2.15. Todas as despesas com material, equipamentos, licenças de softwares, instrutores, deslocamento de instrutores e demais itens relacionados à oferta do treinamento em si, serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 17.2.16. A abordagem do treinamento deve ser eminentemente prática (*hands on*), utilizando exemplos e exercícios para ilustrar os conceitos e capacitar os participantes a empregar os recursos oferecidos;
- 17.2.17. A conclusão da capacitação será reconhecida pela CONTRATANTE somente se a avaliação da mesma for considerada satisfatória, pelos participantes;
- 17.2.18. Todos os treinamentos deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) meses, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à assinatura do Contrato;

18. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

- 18.1. A CONTRATADA deverá realizar a entrega no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de assinatura do contrato pela CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

19. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

19.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação referente ao item 1.1:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato	Conforme Edital.
02	Entrega do Bem	Em até 90 dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de assinatura do contrato. O bem deverá ser entregue acompanhado do respectivo documento fiscal (nota fiscal).
03	Recebimento Provisório do Bem	Ocorrerá no ato da entrega dos bens no Almoxarifado (item 27.1)
04	Recebimento Definitivo do Bem	O recebimento definitivo (atesto) dar-se-á em até 10 (dez) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento provisório (item 27.1.2).

19.2. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação referente ao item 1.2:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato	Conforme Edital.
02	Entrega dos Serviços	A CONTRATADA deverá realizar o treinamento conforme agendamento estabelecido pela equipe técnica da CONTRATANTE o qual ocorrerá no prazo máximo de 10(dez) meses, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à assinatura do contrato, conforme item 17.2.18.
03	Recebimento Provisório dos Serviços	O recebimento provisório dos serviços ocorrerá no ato da entrega da nota fiscal de prestação de serviços. O documento fiscal (nota fiscal) deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, em duas vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail scon@trf2.jus.br .
04	Recebimento Definitivo dos Serviços	Após o recebimento provisório dos serviços, o servidor ou a comissão designada formalmente pela autoridade competente, procederá à verificação de conformidade dos serviços entregues. O recebimento definitivo (atesto) dar-se-á em até 10 (dez) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento provisório (item 27.1.2).

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 20.1. Efetuar o acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 20.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA necessários ao fornecimento dos bens contratados.
- 20.3. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- 20.4. Cumprir as obrigações da CONTRATANTE contidas no edital e seus anexos.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 21.1. Cumprir todas as obrigações da CONTRATADA descritas no edital e seus Anexos.
- 21.2. Cumprir os deveres, atinentes aos fornecedores de bens, descritos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

22. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

- 22.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 22.2. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área Requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 22.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 22.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 22.5. Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

23. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 23.1. As solicitações de fornecimento de material serão feitas de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE, mediante emissão de Termo de Contrato, em de acordocom o Edital.

24. DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE)

- 24.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE um número telefônico e um endereço de correio eletrônico válido para o registro de chamados quanto ao Suporte Técnico Especializado bem como a eventual troca dos bens defeituosos.
- 24.2. Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto.
- 24.3. O prazo máximo para o início do atendimento técnico é de 1 (um) dia, contado a partir do primeiro dia útil seguinte à solicitação, formalizada mediante mensagem eletrônica.
- 24.4. A CONTRATADA deverá efetuar o reparo, sempre com peças novas, ou a troca definitiva do bem por equipamento similar ou superior no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à abertura da solicitação pela CONTRATANTE.
- 24.4.1. Nos casos em que forem identificados, durante a instalação dos switches, problemas nos transceivers mencionados nos itens 17.1.3.1, 17.1.3.2, 18.1.4.1 e 18.1.4.2, envolvendo comportamentos inesperados desses acessórios como os casos em que o transceivers entregues pela CONTRATADA não são plenamente reconhecidos pelo switch ou o switch indicar que os transceivers não são suportados pela plataforma do fabricante do switch, a CONTRATADA deverá enviar novos transceivers para substituição no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à abertura da solicitação pela CONTRATANTE.
- 24.5. O atendimento deverá observar o horário de funcionamento da CONTRATANTE que, atualmente, é de 11 às 19 horas, de segunda à sexta-feira.
- 24.5.1. Eventualmente caso a atividade realizada possa impactar de forma crítica nas atividades finalísticas da CONTRATANTE poderá ser estabelecido pela equipe técnica da CONTRATANTE a realização de serviços fora da janela estabelecida no item 24.5.
- 24.6. Todos os prazos estipulados neste Termo de Referência constituem-se em Níveis Mínimos de Serviços Exigidos (NSE) sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades e sanções administrativas descritas no item 33 deste Termo de Referência em caso de inadimplemento de quaisquer obrigações contratuais.

25. APLICAÇÃO DE GLOSAS

- 25.1. A presente contratação apresenta itens de pronta entrega não sendo possível a estipulação de glosas tendo em vista que o pagamento integral do objeto é efetivado após o recebimentodefinalitivo.
- 25.2. Eventuais descumprimentos contratuais serão tratados mediante a aplicação de penalidadese sanções administrativas.

26. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

- 26.1. A comunicação entre o representante da CONTRATANTE e à CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, ascomunicações por correio eletrônico e outras especificadas no edital.

27. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

- 27.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:
- 27.1.1. Provisoriamente – de forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, por responsável pelo acompanhamento e fiscalização, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação da conformidade das mesmas com as especificidades do Pregão.
- 27.1.2. Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no **prazo de 10 (dez) dias**, contados do primeiro dia útil seguinte ao recebimento provisório, salvo motivo justificado;
- 27.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.
- 27.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da CONTRATADA em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no **prazode 10 (dez) dias**, contados do primeiro dia útil seguinte à solicitação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

da CONTRATANTE, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

- 27.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990.

28. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 28.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor do Contrato, conforme condições a seguir:
- 28.1.1. para valor inferior ou igual a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), em até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da emissão de termodetalhado pelo gestor do Contrato, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto nº 11.317/2022.
- 28.1.2. para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), em até **10 (dez) dias úteis**, a contar da emissão de termo detalhado pelo gestor do Contrato, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto nº 11.317/2022.
- 28.1.3. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;
- 28.1.4. Para fins do disposto no item 28.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 28.2. O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues nos seguintes endereços:
- 28.2.1. CONTRATANTE: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado -
SALMOX Local de entrega: Rua do Acre nº 80, 3º andar, Centro –
Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21)2282-8264 e (21)2282-8234 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone)
E-mail: salmox@trf2.jus.br
Horário: das 12 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos.
- 28.2.2. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro
Seção de Almoxarifado
Local de entrega: Rua Equador nº 613 – Santo Cristo - Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21)3218-6612/ (21)3218-6613 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone)
Horário: das 11 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos. E-mail: tssealm@jfrj.jus.br
- 28.3. A CONTRATADA que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;
- 28.4. A CONTRATADA optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações estipuladas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;
- 28.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;
- 28.5.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 28.6. O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 28.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 28.7. No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a CONTRATADA não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.
- 28.7.1. Para fins de identificação da situação prevista no item 28.7, a CONTRATADA deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

código e a descrição do serviço prestado.

29. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 29.1. A CONTRATANTE nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 29 da Instrução Normativa nº 01/2019/SGD/ME, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
- 29.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
- 29.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- 29.2.2. Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- 29.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados;
- 29.3. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais;
- 29.4. A CONTRATADA se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- 29.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização da CONTRATANTE serão comunicadas por escrito à CONTRATADA, para sua pronta correção ou adequação.

30. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 30.1. A transferência de conhecimento se dará mediante o atendimento às solicitações de suporte técnico especializado.

31. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 31.1. A execução do contrato não gerará produtos para os quais possam ser reivindicados direitos de propriedade intelectual ou autoral.

32. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 32.1. A CONTRATADA deverá possuir em seu quadro técnico profissionais com expertise técnico em todos os componentes dos produtos entregues tendo em vista a previsão de suportetécnico durante todo o período de garantia dos produtos.

33. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 33.1. Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a LICITANTE ou a CONTRATADA será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:
- 33.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 33.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 33.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 33.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 33.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 33.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 33.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 33.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 33.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 33.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 33.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 33.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 33.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 33.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 33.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- quando praticadas as condutas descritas nos subitens 33.1.2, 33.1.3, 33.1.4, 33.1.5, 33.1.6 e 33.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 33.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 33.1.8, 33.1.9, 33.1.10, 33.1.11 e 33.1.12 acima, bem como nos subitens 33.1.2, 33.1.3, 33.1.4, 33.1.5, 33.1.6 e 33.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 33.2.2.
- 33.2.3.1. Nesta hipótese, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos ficará impedido pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 33.2.4. **Multa:**
- 33.2.4.1. Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.
- 33.2.4.2. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 33.2.4.3. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 33.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 33.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 33.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 33.4.2. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
- 33.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;
- 33.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 33.4.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, conforme previsão em normativo interno da CONTRATANTE, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.
- 33.4.6. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
- 33.4.7. Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições de Portaria expedida pelo TRF2;
- 33.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 33.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 33.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 33.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 33.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 33.6.4. os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- 33.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 33.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitação e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

- 33.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 33.9. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 33.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.
- 33.11. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à CONTRATADA, na forma da lei.
- 33.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

34. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS

- 34.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia dos bens e serviços fornecidos pelo prazo de 60 (sessenta) meses a contar do 1º dia útil seguinte à data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 34.1.1. Ressalte-se que a exigência de garantia de equipamentos do tipo ativos de rede - switches - pelo prazo de 60 (sessenta) meses é usual no mercado atualmente.
- 34.1.2. Corroborar-se este argumento o fato de que as últimas contratações deste tipo de equipamento, tanto na SJRJ quanto no TRF, foram realizadas, com sucesso, exigindo o referido prazo de garantia. Para exemplificar, listamos algumas delas:
- 34.1.2.1. TRF2-EOF-2016/00161
- 34.1.2.2. JFRJ-EOF-2018/00804
- 34.1.2.3. JFRJ-EOF-2018/01037
- 34.1.2.4. JFRJ-EOF-2018/00106
- 34.1.2.5. TRF2-EOF-2020/00063
- 34.1.2.6. JFRJ-EOF-2020/00106
- 34.1.2.7. TRF2-EOF-2021/00024
- 34.2. Acrescente-se que a exigência contida no item 34.1 visa o atendimento dos pré-requisitos elencados no Capítulo II da Resolução CJF Nº 477/2018, o qual determina o prazo de garantia de 5 (cinco) anos para ativos de rede.
- 34.3. Será admitida a subcontratação dos serviços de garantia e assistência técnica pela CONTRATADA junto ao fabricante ou à empresa prestadora de serviços de assistência técnica designada pelo fabricante.
- 34.4. A solução pretendida deverá possuir garantia para os itens de hardware de forma *on site, ou seja, nas instalações da CONTRATANTE, nos seguintes endereços:*
- 34.4.1. Rua Acre 80, Praça Mauá – Rio de Janeiro;
- 34.4.2. Avenida Rio Branco, 243, Centro - Rio de Janeiro;
- 34.4.3. Avenida Venezuela, 134, Praça Mauá - Rio de Janeiro;
- 34.4.4. Avenida Almirante Barroso, 78 - Centro - Rio de Janeiro.

35. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 35.1. O prazo de vigência contratual é de 60 meses contados a partir do 1º dia útil seguinte à data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

36. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 36.1. A tabela abaixo apresenta as estimativas do valor da contratação:

Item	Discriminação	Marca/Modelo	Quantidade por órgão		Quantidade Total	Unid.	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
			TRF2	SJRJ			Unid.	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1.1	Descrição: Switch Descrição Complementar: Switch com 48 portas SFP28, 6 portas QSFP28, fontes redundantes e demais exigências contidas no Termo de Referência. CATMAT: 602456		14	6	20	equipamento	R\$276.143,97	R\$5.522.879,44
1.2	Descrição: Treinamento Informática - Sistema / Software Descrição Complementar: Treinamento na operação do switch e do software de gerência. CATSER: 3840		5	3	8	aluno	R\$15.273,50	R\$122.188,00
VALOR TOTAL								R\$5.645.067,44

37. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

37.1. As despesas decorrentes da aquisição dos equipamentos, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

Itens	Fonte Pagadora	PTR	Classificação da Despesa
1.1	TRF2/JFRJ	AI	44.90.52.37 - Equipamento de TIC – Ativos de Rede
1.2	TRF2/JFRJ	AI	33.90.40.20 - Treinamento/Capacitação em TIC

38. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 38.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da CONTRATANTE;
- 38.2. São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquertítulo, exceto quando previamente autorizadas;
- 38.3. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES.
- 38.3.1. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular

39. APROVAÇÃO E ASSINATURA

processo administrativo ou judicial.

- 39.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00040, de 01 de fevereiro de 2023.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Carlos Alberto Caldas da Silva (titular) Matrícula: 12041	Pergentino Joaquim Alves Neto (titular) Matrícula: 12049	Leonardo Pastro Vieira (titular) Matrícula: 11795
Diego Lopes Gomes (suplente) Matrícula: 12081	Marcus Vinícius do Patrocínio Azevedo (suplente) Matrícula: 11728	Miguel Angelo Ferreira da Costa (suplente) Matrícula: 12152
AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)		
ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA Matrícula: 11066		



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Processo Administrativo nº [TRF2-EOF-2023/00021](#) ([TRF2 DOD-2023/0004](#))

Switch de Alto Desempenho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Fase*	Autor
15/03/2023	1.0	Finalização da primeira versão do documento.	PCTIC	Carlos Alberto Caldas da Silva

*Fase: Registro da fase do processo de contratação da solução de TIC relacionada à criação/alteração da Análise de Riscos:

PCTIC – Planejamento da Contratação;
SFTIC – Seleção de Fornecedores;
GCTIC – Gestão do Contrato.

Análise de Riscos

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Neste Mapa de Gerenciamento de Riscos serão utilizados parâmetros escalares para representar os níveis de probabilidade e impacto relacionados aos riscos durante as fases de contratação (contrato).

Classificação	Valor
Muito Baixo	1
Baixo	2
Médio	3
Alto	4
Muito Alto	5

Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto.

A Tabela 1 apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.

		Matriz de exposição aos riscos					Figura 1: Matriz de exposição aos riscos (probabilidade x impacto)
		Impacto					
		1	2	3	4	5	
Probabilidade	5	5	10	15	20	25	
	4	4	8	12	16	20	
	3	3	6	9	12	15	
	2	2	4	6	8	10	
	1	1	2	3	4	5	

A matriz de exposição aos riscos é utilizada para o estabelecimento de diretrizes de tratamento de riscos.

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz de exposição aos riscos.

Nível de Risco da Matriz de Exposição aos Riscos	Observação
Verde	$1 \leq (P \times I) \leq 2$ Nível de risco baixo. Admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.
Amarela	$3 \leq (P \times I) \leq 12$ Nível de risco médio. Admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.
Vermelha	$15 \leq (P \times I) \leq 20$ Nível de risco alto. Devem ser adotadas obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

INTRODUÇÃO	
Roxa	(P*I) ≥ 25 Nível de risco muito alto. Devem ser adotadas obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

O gerenciamento de riscos deve ser realizado em harmonia com a Política de Gestão de Riscos do órgão.

2 – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

Id	Risco	Relacionado ao(à): ¹	P ²	I ³	Nível de Risco (P x I) ⁴
R01	Alteração do escopo dos produtos a serem contratados.	Planejamento da Contratação	2	2	4
R02	Elaboração das especificações técnicas sem contemplar a totalidade dos parâmetros técnicos indispensáveis para o atendimento às necessidades do negócio.	Planejamento da Contratação	1	4	4
R03	Falta de clareza pelo demandante quanto às demandas a serem desenvolvidas e mantidas.	Planejamento da Contratação	3	4	12
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	3	4	12
R05	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros.	Planejamento da Contratação	3	5	15
R06	Atraso ou suspensão no processo licitatório em virtude de impugnações.	Seleção do Fornecedor	4	4	16
R07	Atraso na entrega decorrente de problemas na cadeia produtiva do fabricante em virtude da falta de insumos por conta de sazonalidades de mercado.	Gestão Contratual	4	4	16
R08	Baixa capacidade técnica da CONTRATADA para o fornecimento dos produtos na escala solicitada pela CONTRATANTE.	Gestão Contratual e Solução Tecnológica	3	4	12

Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto.

¹ A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação ou Solução Tecnológica.

² Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (ISO/IEC 31000).

³ Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009).

⁴ Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009).

3 – AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Risco R01	Risco:	Alteração do escopo dos produtos a serem contratados pela Área Requisitante	
	Probabilidade:	2 (Baixo)	
	Impacto:	2 (Baixo)	
	Dano 1:	Atraso na contratação e consequente impossibilidade de atender as demandas de instalação do produto que é objeto da presente contratação, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Realizar reuniões prévias com a Área Requisitante com o fito de subsidiar corretamente a elaboração do Termo de Referência.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
Risco R02	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Ajustar o Termo de Referência	Equipe de Planejamento da Contratação
Risco R02	Risco:	Elaboração das especificações técnicas sem contemplar a totalidade dos parâmetros técnicos indispensáveis para o atendimento às necessidades do negócio.	
	Probabilidade:	1 (Muito Baixo)	



ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

	Impacto:	4 (Alto)		
	Dano 1:	Entrega de produto que atende parcialmente as necessidades da área de negócio, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.		
	Tratamento:	Mitigar.		
	Id	Ação Preventiva	Responsável	
	P01	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Equipe de Planejamento da Contratação	
	P02	Realizar Provas de Conceito com amostras de produtos dos principais fabricantes deste nicho de mercado, efetuando testes com a participação do usuário final	Equipe de Planejamento da Contratação	
	Id	Ação de Contingência	Responsável	
	C01	Havendo o atendimento das necessidades da área de negócio, configurar a solução de TIC para contemplar tais necessidades e indicar explicitamente as limitações do produto recebido que demandarão adaptação pelo usuário final.	Equipe de Planejamento da Contratação	
	C02	Pedir a revogação da licitação e a consequente republicação da mesma acrescentando as necessidades de negócio não contempladas no edital da contratação anterior.	Equipe de Planejamento da Contratação	
Risco R03	Risco:	Falta de clareza pelo Requisitante quanto às demandas a serem desenvolvidas e mantidas.		
	Probabilidade:	3 (Médio)		
	Impacto:	4 (Alto)		
	Dano 1:	Entrega de produto que atende parcialmente as necessidades do negócio, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.		
	Tratamento:	Mitigar.		
	Id	Ação Preventiva	Responsável	
	P01	Formular questionamentos às áreas Requisitantes para coletar o máximo de informações sobre os requisitos técnicos da solução de TIC necessários para atender a demanda.	Equipe de Planejamento da Contratação	
	P02	Validar junto às áreas demandantes as especificações técnicas da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação	
	Id	Ação de Contingência	Responsável	
	C01	Pedir a revogação da licitação e a consequente republicação da mesma acrescentando as necessidades de negócio não contempladas no edital da contratação anterior.	Equipe de Planejamento da Contratação	
	Risco R04	Risco:	Atraso no processo administrativo de contratação.	
		Probabilidade:	4 (Alto)	
Impacto:		3 (Médio)		
Dano 1:		Adiamento no atendimento às demandas pelo produto que é objeto da presente contratação, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.		
Tratamento:		Mitigar.		
Id		Ação Preventiva	Responsável	
	P01	Executar as ações pertinentes as suas respectivas unidades em prazos viáveis e compatíveis com os da contratação em tela.	COOCON / AJUR / COLICI	
	P02	Acompanhar a tramitação processual e solicitar prioridade à Administração	STI / Equipe de Planejamento da Contratação	
	P03	Elaborar artefatos bem fundamentados de modo a fornecer a devida e rápida justificativa aos possíveis questionamentos.	Equipe de Planejamento da Contratação	
	Id	Ação de Contingência	Responsável	
	R01	Havendo o atendimento das necessidades da área de negócio, configurar a solução de TIC para contemplar tais necessidades e indicar explicitamente as limitações do produto recebido que demandarão adaptação pelo usuário final.	Equipe de Planejamento da Contratação	
	R02	Estrita observância às recomendações da área jurídica do TRF2.	Equipe de Planejamento da Contratação	

	R03	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Equipe de Planejamento da Contratação
--	-----	--	---------------------------------------

Risco R05	Risco:	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros.	
	Probabilidade:	3 (Médio)	
	Impacto:	5 (Muito Alto)	
	Dano 1:	Risco de indisponibilidade de acesso aos Sistemas Institucionais e demais serviços de rede de dados, em eventual falha do Switch de Alto Desempenho. Não aproveitamento das funcionalidades oferecidas pelos equipamentos e licenciamentos já adquiridos pela Instituição. Limitação da capacidade de acesso aos serviços de rede dispostos no Datacenter do TRF-2, causando "gargalos" na transmissão de dados; desta forma, prejudicando a experiência dos usuários no uso de tais serviços."	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Prever a contratação no PCTI do referido exercício financeiro.	Unidade Requisitante – STI
	P02	Garantir os recursos na previsão orçamentária	Unidade Requisitante – STI
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Solicitar transferência de recursos financeiros de outro programa	Unidade Requisitante – STI
C02	Solicitar crédito suplementar	Unidade Requisitante - STI	
C03	Remanejar recurso priorizando a contratação	Unidade Requisitante – STI	

Risco R06	Risco:	Atraso ou suspensão no processo licitatório em virtude de impugnações	
	Probabilidade:	4 (Alto)	
	Impacto:	4 (Alto)	
	Dano 1:	Impossibilidade de atendimento às demandas pelo produto que é objeto da presente contratação, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Durante a elaboração dos artefatos, realizar uma compilação com os fundamentos técnicos e jurídicos para as exigências contidas no Termo de Referência, de forma a subsidiar as respostas aos pedidos de esclarecimento e/ou de impugnação.	Equipe de Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência	Responsável	
C01	Ajustar o Termo de Referência e solicitar realização de nova licitação.	Equipe de Planejamento da Contratação	

Risco R07	Risco:	Atraso na entrega decorrente de problemas na cadeia produtiva do fabricante em virtude da falta de insumos por conta de sazonalidades de mercado.	
	Probabilidade:	4 (Alto)	
	Impacto:	4 (Alto)	
	Dano:	Risco de indisponibilidade de acesso aos Sistemas Institucionais e demais serviços de rede de dados, em eventual falha do Switch de Alto Desempenho. Não aproveitamento das funcionalidades oferecidas pelos equipamentos e licenciamentos já adquiridos pela Instituição. Limitação da capacidade de acesso aos serviços de rede dispostos no Datacenter do TRF-2, causando "gargalos" na transmissão de dados; desta forma, prejudicando a experiência dos usuários no uso de tais serviços."	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
P01	Durante a elaboração dos artefatos, realizar estudos sobre as peculiaridades de logística de produção, distribuição e revenda dos produtos que serão contratados a fim de estabelecer cláusulas de prazo de entrega factíveis com as características do mercado.	Equipe de Planejamento da Contratação	
P02	Prever multas, possibilidade de rescisão contratual, bem como outras penalidades no caso de inexecução parcial ou total do objeto objetivando desencorajar empresas que não possuem capacidade técnico-operacional para fornecer materiais de tal	Equipe de Planejamento da Contratação / SAT	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

		complexidade a participar do procedimento licitatório em tela.	
	P03	Exigir Atestados de Capacidade Técnica no Termo de Referência com o objetivo de comprovar a aptidão da futura Contratada no desempenho de atividade que guarde proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Realização de intimação objetivando a solução dos problemas / Aplicação de penalidades.	Equipe de Fiscalização do Contrato / AJUR / SAT

Risco R08	Risco:	Baixa capacidade técnica da CONTRATADA para o fornecimento dos produtos na escala solicitada pela CONTRATANTE.	
	Probabilidade:	3 (Médio)	
	Impacto:	4 (Alto)	
	Dano:	Impossibilidade de atendimento às demandas pelo produto que é objeto da presente contratação, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Exigir Atestados de Capacidade Técnica no Termo de Referência com o objetivo de comprovar a aptidão da futura Contratada no desempenho de atividade que guarde proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.	Equipe de Planejamento da Contratação
	P02	Prever multas, possibilidade de rescisão contratual, bem como outras penalidades no caso de inexecução parcial ou total do objeto objetivando desencorajar empresas que não possuem capacidade técnico-operacional para fornecer materiais de tal complexidade a participar do procedimento licitatório em tela.	Equipe de Planejamento da Contratação / SAT
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Aplicar as penalidades previstas em eventuais descumprimentos das condições do Termo de Referência.	Equipe de Fiscalização do Contrato / SAT / AJUR

4 – ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS

Data	Id. Risco	Id. Ação	Registro e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos
09/01/2023	R01	P01, P02, P03 e P04	Os Integrantes Requisitantes e Integrantes Técnicos se reuniram em 09/01/2023 e deliberaram sobre as ações preventivas descritas nos itens P01, P02, P03 e P04 e as atualizações que devem ser realizadas no Termo de Referência em relação à última contratação (Edital do Pregão Eletrônico 80/2020 – Processo Administrativo TRF2-EOF-2020/00063).
09/01/2023	R02	P01 e P02	Os Integrantes Requisitantes e Integrantes Técnicos se reuniram em 09/01/2023 e deliberaram sobre a eventual realização de provas de conceito e pesquisa de contratações similares de outros órgãos públicos (Connect-jus e COMPRASNET) com o intuito de realizar o levantamento de requisitos técnicos mais atuais.
09/01/2023	R03	P01 e P02	Os Integrantes Requisitantes e Integrantes Técnicos se reuniram em 09/01/2023 e deliberaram sobre o levantamento da interoperabilidade do produto a ser contratado com os sistemas em uso no TRF2.

5 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

Conforme § 5º do art. 38 da IN SGD/ME nº 1 de 2019, a Análise de Riscos deve ser assinada pela Equipe de Planejamento da Contratação, nas fases de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedores, e pela Equipe de Fiscalização do Contrato, na fase de Gestão do Contrato.

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela **Portaria nº TRF2-PSG2023/00040, de 01 de fevereiro de 2023.**

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Carlos Alberto Caldas da Silva (titular) Matrícula: 12041	Pergentino Joaquim Alves Neto (titular) Matrícula: 12049	Leonardo Pastro Vieira (titular) Matrícula: 11795
Diego Lopes Gomes (suplente) Matrícula: 12081	Marcus Vinícius do Patrocínio Azevedo (suplente) Matrícula: 11728	Miguel Angelo Ferreira da Costa (suplente) Matrícula: 12152



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2023/00021 (TRF2 DOD-
2023/0004)**

Switch de Alto Desempenho

ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Referências Gerais	
Id do PCTI 2023	TI.21
Id do SIGA-GO TRF2	21
Objetivo Estratégico ENTIC-JUD	OE4 - Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Id Necessidade PDTI	3- Continuidade e disponibilidade da infraestrutura de TI
Forma de Contratação	Registro de preços
É prestação continuada?	Não
Tipo de contratação	Regional
Compartilhado indivisível	Sim
Enquadramento	Art. 2º da Resolução TRF2-RSP-2019/00080
Justificativa da necessidade	<p>Visa substituição de equipamentos fora da garantia, e para atender a Solução de armazenamento Swarm (item TI.52).</p> <p>Os órgãos da 2ª Região, motivados pela lei 11.419/2006 e visando resolver os problemas do crescente número de processos em suas respectivas instâncias, têm investido na modernização de seus métodos de trabalho, utilizando-se de complexos recursos de tecnologia da informação e comunicação, especialmente com a adoção de processos eletrônicos judiciais e administrativos.</p> <p>Entre os dispositivos componentes dessa complexa infraestrutura computacional, em operação no Data Center Regional, destaca-se um equipamento denominado Switch. Os switches são equipamentos usados para conectar entre si os Servidores de Aplicação e Banco de Dados. Os Servidores, por sua vez, são equipamentos responsáveis pela execução das aplicações e bancos de dados da Justiça Federal. Um Servidor necessitará sempre de um Switch de Alto Desempenho para que possa ser conectado a uma rede de dados.</p> <p>Ocorre que alguns equipamentos que atualmente cumprem a função de Switches de Alto Desempenho não estão mais cobertos por garantia contratual, estão em processo de obsolescência, com fabricação descontinuada pelo fabricante e vem apresentando falhas.</p> <p>A presente contratação reveste-se de urgência considerando a criticidade de tais equipamentos para a rede de dados e, conseqüentemente, o acesso aos sistemas pelos servidores, magistrados e jurisdicionados.</p>
Resultado esperado	Mitigar o risco de indisponibilidade na Rede de Dados em caso de eventual falha nos Switches de Alto Desempenho, os quais não estão mais cobertos por garantia contratual e estão sem unidades de reposição.
Consequência do não atendimento	<p>Risco de indisponibilidade de acesso aos Sistemas Institucionais e demais serviços de rede de dados, em eventual falha do Switch de Alto Desempenho.</p> <p>Não aproveitamento das funcionalidades oferecidas pelos equipamentos e licenciamentos já adquiridos pela Instituição.</p> <p>Limitação da capacidade de acesso aos serviços de rede dispostos no Datacenter do TRF-2, causando "gargalos" na transmissão de dados; desta forma, prejudicando a experiência dos usuários no uso de tais serviços."</p>
Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2021-2026	https://www10.trf2.jus.br/ti/wp-content/uploads/sites/32/2014/08/planoestrategicojf_2021_2026.pdf
Consulta Pública: Macrodesafios do Poder Judiciário para 2021-2026	https://www10.trf2.jus.br/ti/wp-content/uploads/sites/32/2014/08/relatorio_consulta_publica_macrodesafios_2020_01_15.pdf
PETI-JF – Planejamento Estratégico de TI da JF 2021-2026 – Anexo I e II da Resolução CJF 685 de 15 de dezembro de 2020	https://www10.trf2.jus.br/ti/wp-content/uploads/sites/32/2014/08/resolucao_cjf_685_2020_anexo_i_peti.pdf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
14/02/2023	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Carlos Caldas

ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1 – DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

1.1 - Identificação das necessidades de negócio	
1.1.1	Conforme item 5.1 do Anexo I.
1.2 - Identificação das necessidades tecnológicas	
1.2.1	Interoperabilidade total com a plataforma de virtualização de redes VMWARE NSX-T em uso pela CONTRATANTE
1.2.1.1	O equipamento ofertado deverá possuir homologação do fabricante VMWARE para uso no VMWARE NSX-T.
1.2.2	Interoperabilidade total com a plataforma de hiperconvergência DELL
1.2.2.1	O equipamento ofertado deverá ser compatível com a plataforma de hiperconvergência DELL existente na infraestrutura da CONTRATANTE.
1.2.3	Interoperabilidade com a plataforma Ansible de automação de TIC em uso pela CONTRATANTE
1.2.3.1	Permitir a configuração automática a partir da plataforma Ansible.
1.2.4	Interoperabilidade com Redes Definidas por Software (SDN) e plataformas em nuvem
1.2.4.1	Assegurar o funcionamento adequado em Redes Definidas por Software (SDN) e plataformas em nuvem.
1.3- Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC	
1.3.1	Capacitação
1.3.1.1	Conforme item 17.2 do Anexo I.
1.3.2	Requisitos Legais
1.3.2.1	Conforme item 15 do Anexo I.
1.3.3	Requisitos de Manutenção
1.3.3.1	Conforme itens 24.1 e 24.4 do Anexo I.
1.3.4	Requisitos de Suporte Técnico Especializado
1.3.4.1	Conforme item 24.10 do Anexo I.

ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2 – ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

2.1 | Conforme item 7 do Anexo I.

3 – ANÁLISE DE SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Conforme item 9 do Anexo I.

3.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

3.1.1 | Conforme item 9 do Anexo I.

3.2 – ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

3.2.1 | Apenas a Solução 2 demonstrou-se viável ao atendimento das necessidades de expansão da infraestrutura de rede.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X
	Solução 2			X

3.3 – PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

3.3.1 | Conforme item 36.1 do Anexo I.

4 – REGISTRO DAS SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

4.1	Locação de switch de alto desempenho
4.1.1	Essa alternativa consiste na contratação de um fornecedor externo responsável por prover o recurso desejado (switch) a um custo geralmente fixo sem que seja necessário adquirir o ativo.
4.1.2	A licitação visa aproveitar as peculiaridades de mercado, visando a economicidade. Apesar de existir um histórico de licitações realizadas por órgãos públicos para a contratação serviços de locação de equipamentos de informática, constata-se a existência de um mercado desenvolvido apenas em relação aos dispositivos de baixa complexidade técnica (por exemplo: impressoras, copiadoras, multifuncionais scanners, notebooks etc).

ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

4 – REGISTRO DAS SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS	
4.1.3	Para equipamentos de alta complexidade técnica, criticidade e grande granularidade de configurações, como é o objeto da presente contratação, não é comum a sua oferta na modalidade de locação.
4.1.4	Isso provavelmente se deve à natureza desse tipo de dispositivo (switches) que demanda investimento muito elevado, à grande diversidade de porte/configurações, às exigências de interoperabilidade e à alta criticidade. Além disso, o modelo de locação de equipamentos também apresenta a desvantagem no fato de que os custos relacionados aos licenciamentos agregados continuam a ser arcados pelo órgão locador.
4.1.5	Esse conjunto de questões impõem obstáculos ao surgimento de interessados em atuar nesse nicho de mercado de locação de equipamentos de alta complexidade técnica, pois o alto risco envolvido nessas operações acaba impondo a exigência de uma alta taxa de retorno sobre esses investimentos, ambos resultando em um custo final de locação muito superior ao da aquisição do bem.
4.1.6	Talvez por conta desse cenário, desde 22 de abril de 2019, a locação de equipamentos está suspensa no âmbito do Poder Executivo Federal em função da Portaria nº 179 , de 22 de abril de 2019, do Ministério da Economia.
4.1.7	Acrescente-se que o Tribunal de Contas da União (TCU) tem sinalizado em diversos precedentes jurisprudenciais que a contratação de serviços de locação de equipamentos apresenta custo superior à aquisição dos referidos equipamentos.
4.1.8	Neste sentido, o Acórdão TCU 2.094/2004, por exemplo, aponta que “a aquisição dos equipamentos de informática oferece melhor custo-benefício do que a locação”.
4.1.9	Outro acórdão importante é o TCU 331/2002, que esclarece que “a locação de equipamentos de informática deve ser evitada, pois não oferece custo-benefício adequado”.
4.1.10	Além disso, a Súmula TCU 450, que orienta que “a aquisição de equipamentos de informática tem preferência sobre a locação”, também comprova a tese de que a contratação de serviços de locação de equipamentos de informática apresenta custo muito superior do que a aquisição do mesmo bem de informática.
4.1.11	Outro acórdão que reforça essa ideia é o TCU 983/2001, que afirma que a locação de equipamentos de informática não é a forma mais adequada de aquisição de bens, uma vez que “a aquisição de equipamentos de informática oferece custo-benefício mais vantajoso”.
4.1.12	Portanto, os acórdãos e súmulas do TCU citados, como o Acórdão TCU 2094/2004, o TCU 331/2002, a Súmula TCU 450, o TCU 983/2001 e o Acórdão TCU 515/2012, indicam que as contratações de serviço de locação de equipamentos de informática apresentam custo superior às aquisições de equipamentos de informática. Essas jurisprudências deixam claro que a aquisição de equipamentos de informática oferece melhor custo-benefício do que a locação.

ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

4 – REGISTRO DAS SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS	
4.1.13	Acrescente-se que a locação apresenta a desvantagem de exigir disponibilidade de recursos de custeio mensal para arcar com os custos do contrato (serviço de prestação continuada) condição que impõe riscos à continuidade dos serviços, haja vista o déficit orçamentário acumulado pelo Governo Federal nos últimos 3(três) exercícios financeiros que implicam em uma maior suscetibilidade às restrições orçamentárias e ao contingenciamento os quais poderiam afetar o contrato.

5 – ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

Tendo em vista que não foram encontradas outras soluções viáveis além da Solução 2 (Aquisição de Switch de Alto desempenho) é apresentado a seguir apenas a estimativa do Custo Total de Propriedade dessa Solução.

5.1 – Solução 2				
5.1.1	O Custo Total de Propriedade (TCO) pode ser representado como a soma do Custo de Aquisição (CAPEX) com os Custos de Operação/Manutenção (OPEX), durante o período de vida útil do equipamento.			
5.1.2	Estima-se que os custos de energia elétrica e outros custos operacionais e de manutenção ao longo da vida útil do equipamento representem cerca de 20% do Custo de Aquisição.			
5.1.3	Ao final, considerando o Custo de Aquisição (CAPEX) e o Custo de Operação (OPEX), teríamos o seguinte cenário de custo total de propriedade (TCO) considerando os custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços da solução, incluindo custos diretos e indiretos, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia, manutenção etc:			
Objeto		Quantidade	Preço Unitário Estimado	Preço Estimado Total
Switch de alto desempenho	Custo Aquisição (CAPEX)	20	R\$ 300.000,00	R\$ 6.000.000,00 (+)
	Custo de Operação (OPEX)	20	R\$ 60.000,00	R\$ 1.200.000,00 (+)
Custo Total de Propriedade Estimado				R\$ 7.200.000,00

5.2 – MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)	
5.2.1	Tendo em vista que não foram encontradas outras soluções viáveis além da Solução 2 (Aquisição de Switch de Alto desempenho) é o apresentado no item 5.1.3.

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA	
6.1	Conforme item 8 do Anexo I.

7 – ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO	
7.1	A estimativa de custo total da contratação consta do item 36.1 do Anexo I.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

8 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

8.1	Houve a opção pela Solução 2 (aquisição de switch de alto desempenho) tendo em vista a inviabilidade da adoção da Solução 1.
8.2	Os benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade constam do item 4.1 do Anexo I.

9 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº TRF2-PSG- 2023/00040, de 01 de fevereiro de 2023.

Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01 de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC:

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Carlos Alberto Caldas da Silva (titular) Matrícula: 12041	Pergentino Joaquim Alves Neto (titular) Matrícula: 12049
Diego Lopes Gomes (suplente) Matrícula 12081	Marcus Vinícius do Patrocínio Azevedo (suplente) Matrícula 11728

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)

ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA
Matrícula: 11066

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 054-23

Proc. nº TRF2-EOF-2023/021

1 - A LICITANTE deverá apresentar PLANILHA DE PREÇOS, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso, conforme modelo a seguir:

Item	Discriminação	Marca/ Modelo	Quantidade por órgão		Quant total	Unid.	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
			TRF2	SJRJ				
1.1	Descrição: Switch Descrição Complementar: Switch com 48 portas SFP28, 6 portas QSFP28, fontes redundantes e demais exigências contidas no Termo de Referência. CATMAT: 602456		14	6	20	equipamento	276.143,97	5.522.879,40
1.2	Descrição: Treinamento Informática - Sistema / Software Descrição Complementar: Treinamento na operação do switch e do software de gerência. CATSER: 3840		5	3	8	aluno	15.273,50	122.188,00
VALOR TOTAL DO OBJETO								5.645.067,44
VALOR TOTAL (por extenso):								

ANEXO III

DECLARAÇÃO ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 054-23

Proc. nº TRF2-EOF-2023/021

Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

—

EMPRESA

DATA

ASSINATURA

ANEXO IV
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 054-23

Proc. nº TRF2-EOF-2023/021

_____ **DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO V
MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2023/_____
Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2023/00021
Pregão Eletrônico/ SRP N.º 054/2023

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **TRF – 2ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 054/2023**, homologado em ____/____/2023, conforme despacho n.º TRF2-DES-2023/_____, no Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2023/00021, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) item(ns), atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 14.133/2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2023/_____ (ng)

MINUTA

Pág. 1



TRF2CAP202319597

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de *switches* de conexão de servidores para *Datacenter* e respectivo treinamento, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2ª RG) como Gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como Participante, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico SRP n.º 054/2023, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para o(s) item(ns), independentemente de transcrição, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º TRF2-EOF-2023/00021,

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (*um*) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 - Este instrumento não obriga o TRF – 2ª RG a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A administração desta Ata caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF-2ª Região.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:

4.1 – O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões) do(s) material(is), o(s) quantitativo(s) e marca(s) encontram-se enunciados na presente Ata.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE			UNIDADE	PREÇO (R\$)	
			TRF2	SJRJ	TOTAL		UNITÁRIO	TOTAL
1	Switch; Descrição complementar: Switch com 48 portas SFP28, 6 portas QSFP28, fontes redundantes e demais exigências contidas no Termo		14	6	20	Equipamento		



ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE			UNIDADE	PREÇO (R\$)	
			TRF2	SJRJ	TOTAL		UNITÁRIO	TOTAL
	de Referência. CATMAT: 602456							
2	Treinamento Informática - Sistema / Software; Descrição Complementar: Treinamento na operação do switch e do software de gerência. CATSER: 3840		5	3	8	Aluno		
VALOR TOTAL								

4.2 – Valor total registrado: R\$ _____;

4.3 – Nos preços registrados estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

4.4 – Prazo de entrega: deverá ser de acordo com o Cronograma de Execução contido no item 19.1 do Termo de Referência - Anexo I do Edital Eletrônico mencionado no preâmbulo;

4.5 – Locais de entrega;

4.5.1 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

4.5.1.1 – Seção de Almoxarifado / Divisão de Patrimônio – SALMOX;

4.5.1.2 - Local de entrega: Rua do Acre nº 80, Centro – Rio de Janeiro/RJ;

4.5.1.3 - Telefone: (21) 2282-8264 e (21) 2282-8234 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone);

4.5.1.3 - E-mail: salmox@trf2.jus.br;

4.5.1.6 - Horário: das 12 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos.

4.5.2 – Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

4.5.2.1 - Seção de Almoxarifado;

4.5.2.2 - Local de entrega: Rua Equador nº 613 – Santo Cristo - Rio de Janeiro/RJ;

4.5.2.3 - Telefone: (21) 3218-6612 / (21) 3218-6613 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone);

4.5.2.4 - Horário: das 11 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos;

4.5.2.5 - E-mail: tssealm@jfrj.jus.br



4.6 – A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais ao do licitante vencedor, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, inciso VII, da Lei 14.133/2021.

4.7 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta Ata de Registros de Preços, em observância ao disposto no art. 23 do Decreto n.º 11,462/2023.

4.8 - O preço registrado poderá ser revisto nos termos dos itens 6.10 a 6.10.3 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.9 - O Fornecedor deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução n.º 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria n.º CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, de acordo como estabelecido no item 14 (subitem 14.6 a 14.7) do Edital, e nas seguintes situações:

5.1.1 – pelo TRF – 2.ª RG:

5.1.1.1 - quando o Fornecedor descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços ou dos pedidos dela decorrentes;

5.1.1.2 - quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

5.1.1.3 - quando o preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e a contratada não aceitar reduzir o preço registrado;

5.1.1.4 - por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

5.1.1.5 – quando o Fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;

5.1.1.6 - quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, hipótese em que será liberado sem aplicação de penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;

5.1.1.7 - quando o fornecedor ficar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

5.2 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata.

5.4 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do item.

5.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TRF poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1 - O TRF – 2ª Região fará as aquisições mediante emissão da solicitação de fornecimento e de Contrato específico, celebrado de acordo com os produtos/serviços e quantidades constantes na referida solicitação.

6.2 – A contratação será sempre representada pelo Contrato, sendo a celebração formalizada por meio de encaminhamento, ao Fornecedor com preço registrado na Ata de Registro de Preços, do mencionado instrumento contratual, via *e-mail* ou ofício, devendo, nesses casos, ser acusado o seu recebimento pelo Fornecedor.

6.3 – O Fornecedor se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - Os órgãos e as entidades que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

7.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme item 7.4.

7.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o item 15.1 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (*cinquenta por cento*) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.

7.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o item 7.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

7.3.1 - O limite referenciado no item 7.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462 /2023.

7.4 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 7.1.3.

7.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.



7.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes desta Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

7.6 - Ao órgão não participante que aderir a esta Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

7.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência desta Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

7.9 – É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

7.10 - O órgão ou a entidade que integra esta Ata de Registro de Preços poderá aderir a item desta ata, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE:

8.1 - Os valores constantes no item 4.1 da Ata de Registro de Preços serão reajustados, a critério do TRF 2ª Região, após a periodicidade de 01 (um) ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os §§ 3º e 4º, “I”, do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2 - O reajustamento dos preços registrados será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que as partes acordarem, de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = [(I - I_0) / I_0] \times V, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I_0 = Índice da data do orçamento estimado pela Administração

V = Valor do Preço Registrado

9 - CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA:

9.1 - Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que, conforme item 13.5 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo:

9.1.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

9.1.2 - Mantiverem sua proposta original.



10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

10.2 – Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 054/2023, seus anexos, as documentações e as propostas das empresas classificadas, independentemente de transcrição;

10.3 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), o Fornecedor deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, n.º 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, o presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

REPRESENTANTE LEGAL
FORNECEDOR
(cargo)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2023/_____

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE *SWITCHES* DE CONEXÃO
DE SERVIDORES PARA *DATACENTER* E RESPECTIVO
TREINAMENTO, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL
REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

_____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2023/00021

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2023/00021, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 054/2023, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em __/__/2023, conforme despacho nº TRF2-DES-2023/_____, FIRMAM o presente Contrato visando à *aquisição de switches de conexão de servidores para Datacenter e respectivo treinamento*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2023/_____ – Empresa contratada (ng) *MINUTA*

Pág. 1



TRF2CAP202319712

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de *switches* de conexão de servidores para *Datacenter* e respectivo treinamento, conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2023 e seus Anexos I,II, III, IV e V, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA CONDIÇÃO DO FORNECIMENTO:

2.1 – A Contratada deverá fornecer os *switches* e o treinamento com as características discriminadas no ITEM 17 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1.1 – A Contratada deverá executar os serviços de suporte técnico especializado e proceder à eventual substituição de equipamentos defeituosos na forma descrita no ITEM 24 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, que trata dos “Níveis de Serviços Exigidos (NSE).

3.2 – DO PRAZO DE ENTREGA:

3.2.1 - O prazo de entrega dos equipamentos é de ____ (_____) ____, [no máximo, 90 (noventa) dias corridos], contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura deste Contrato pelo Contratante.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

4.1 – As condições de recebimento do objeto estão detalhadamente discriminadas no ITEM 16 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES:

5.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I (Termo de Referência) e no ITEM 18 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integrantes deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

5.1.1 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

5.1.2 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução



CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

5.1.2.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato;

5.1.3 – A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21;

5.1.4 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário;

5.1.4,1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

5.2 – São obrigações do Contratante as constantes do Anexo I (Termo de Referência) e do ITEM 19 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integrantes deste Contrato.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

6.1 – DO PREÇO:

6.1.1 – Planilha de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE			UNIDADE	PREÇO (R\$)	
			TRF2	SJRJ	TOTAL		UNITÁRIO	TOTAL
1	Switch; Descrição complementar: Switch com 48 portas SFP28, 6 portas QSFP28, fontes redundantes e demais exigências contidas no Termo de Referência. CATMAT: 602456					Equipamento		



ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE			UNIDADE	PREÇO (R\$)	
			TRF2	SJRJ	TOTAL		UNITÁRIO	TOTAL
2	Treinamento Informática - Sistema / Software; Descrição Complementar: Treinamento na operação do switch e do software de gerência. CATSER: 3840					Aluno		
VALOR TOTAL								

6.1.2 - O VALOR GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.3 – A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado deverão estar incluídas no preço proposto;

6.1.4 – Durante a vigência Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2023/____, os preços são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses consignadas no art. 25 do Decreto nº 11.462/2023.

6.2 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 – O pagamento e a liquidação da despesa serão realizados conforme ITEM 17 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

6.3 – DO REAJUSTE:

6.3.1 – Caso haja prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2023/____ por mais 01 (um) ano, os valores contratados poderão ser reajustados com base na variação do IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \cdot P$	Onde:
	R = Reajuste
	I = Nº índice da data do reajuste
	I ₀ = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.
	P = Preço a ser reajustado.

6.3.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo *pro-rata*, mas sim o mês cheio.



6.3.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de, no mínimo, 01 (um) ano, em conformidade com os termos do § 4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

6.3.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação de demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.3.5 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.3.4, tão logo seja divulgado o índice previsto no subitem 6.3.1.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme ITEM 10 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

7.1.1 – Nota de Empenho: _____.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - O fornecimento contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem às estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2023 e seus Anexos I, II, III, IV e V;
- b) Proposta datada de __/__/2023, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos produtos/materiais que serão objeto da aquisição (TRF2-CAP-2023/_____).

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".



11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 – Competem à fiscalização, além das atribuições definidas no Manual de Gestão e Fiscalização dos contratos administrativos, objeto da Portaria nº TRF2-PSG-2016/00249, as elencadas a seguir:

11.2.1 – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.2.2 – Informar, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

11.2.3 – Solicitar auxílio aos setores competentes do Contratante, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

11.2.4 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.5 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

11.2.6 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11.4 – A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.

11.5 – As irregularidades detectadas pela fiscalização serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

11.6 – Na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização, prevista no art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

11.6.1 – A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Contrato;

11.6.2 – A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E GARANTIA:

12.1 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1.1 – O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no ITEM 16 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

12.1.2 – o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no Contrato.



12.1.2.1 – Caso a não conclusão decorrer de culpa da Contratada aplicáveis a ela:

- a) A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ele as penalidades estabelecidas no ITEM 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;
- b) O Contratante poderá optar pela extinção do Contrato, estabelecida na Cláusula Nona.

12.2 – DO PRAZO DE GARANTIA:

12.2.1 – O prazo de garantia do produto, em cada fornecimento, é de ____ (_____) _____, [no mínimo 60 (sessenta) meses, conforme Proposta], contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, de que trata o ITEM 16 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

12.2.2 - Será admitida a subcontratação dos serviços de garantia e assistência técnica pela Contratada junto ao fabricante ou à empresa prestadora de serviços de assistência técnica designada pelo fabricante.

12.2.3 - A solução pretendida deverá possuir garantia para os itens de *hardware* de forma *on site*, ou seja, nas instalações do Contratante, nos seguintes endereços:

- 12.2.3.1 - Rua Acre 80, Praça Mauá – Rio de Janeiro;
- 12.2.3.2 - Avenida Rio Branco, 243, Centro - Rio de Janeiro;
- 12.2.3.3 - Avenida Venezuela, 134, Praça Mauá - Rio de Janeiro;
- 12.2.3.4 - Avenida Almirante Barroso, 78 - Centro - Rio de Janeiro.

12.2.4 - A Contratada deverá possuir em seu quadro profissionais com expertise técnica em todos os componentes dos produtos entregues tendo em vista a previsão de suporte técnico durante todo o período de garantia dos produtos.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO RISCO:

13.1 – A Matriz de Alocação de Riscos está prevista no Anexo I-1 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

15.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

15.2 – No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (*vingte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

15.2.1 – As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.



15.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, - 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos documentos fiscais pendentes de pagamento, em decorrência de descumprimento contratual.

15.5 - A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente do Contratante.

15.6 - São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto mediante expressa autorização do Contratante.

15.7 - A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas neste Contrato e nos termos da legislação vigente, podendo inclusive ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

15.7.1 – Na hipótese consignada no item anterior, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

15.8 - A comunicação entre o representante do Contratante e à Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

